



Marcos Oliveira/Agência Senado



Cidadãos acompanham sessão em que foi aprovado projeto impedindo o corte de recursos para segurança nos estados

Aprovada garantia de repasse da União à segurança pública

Projeto, que vai para a Câmara, muda a Lei de Responsabilidade Fiscal para permitir que estados e municípios recebam verbas federais mesmo se estiverem inadimplentes

O Plenário aprovou ontem projeto que garante repasses federais a estados e municípios na área de segurança pública. O texto, que agora será analisado pelos deputados, proíbe que a União suspenda as transferências mesmo se os governos estaduais e municipais não

estiverem em dia com a Lei de Responsabilidade Fiscal. O benefício já é dado a repasses para educação, saúde e assistência social. O projeto foi aprovado por unanimidade. Para o autor, senador Omar Aziz, a mudança vai facilitar projetos de prevenção. **8**

Joesley Batista não responde a perguntas em reunião de CPIs

Joesley Batista, um dos controladores da J&F, permaneceu calado e não respondeu às perguntas dos parlamentares na reunião conjunta das duas CPIs: a mista da JBS e a do BNDES, do Senado. O advogado do empresário,

Ticiano Figueiredo, disse que ele continuará colaborando com a Justiça, mas exercerá o direito ao silêncio, como seu irmão Wesley. O presidente da CPI mista, Ataídes Oliveira, já anunciou que vai pedir para revogar a delação premiada. **8**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Ataídes (C) preside reunião conjunta das duas CPIs para ouvir Joesley (D)

Espírito Santo poderá tomar empréstimo **7**

Debatedores querem proteção para o Pantanal **3**

Aprovada PEC que garante isenção à Justiça Eleitoral **7**

Avança projeto que muda lei de ciência e inovação **4**

Relatório vê falhas e sugere mudanças no Pronatec **5**

Vai a sanção MP da Agência Nacional de Mineração

O Plenário do Senado aprovou ontem a medida provisória que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM). O novo órgão ficará responsável por regular e fiscalizar o setor, em substituição ao Departamento

Nacional de Produção Mineral (DNPM), que foi extinto. Pelo texto original, a ANM seria incumbida de fiscalizar a segurança de barragens e o fechamento adequado de minas, mas a atribuição foi retirada da proposta. **3**



Gerardo Migeola/Agência Senado

Jovens senadores Víctor Matheus e Amanda Duarte no Plenário

Mesa de jovens senadores vai ser presidida por aluna do DF

Os participantes da edição 2017 do Projeto Jovem Senador tomaram posse ontem no Plenário e elegeram os membros da Mesa. Os 27 estudantes foram selecionados por um concurso de redação e cursam o ensino mé-

dio de escolas públicas. A tarefa de conduzir os trabalhos ficará a cargo de Bruna Brandão, de Brasília. A vice será a representante do Acre; o primeiro-secretário, de Roraima; e o segundo, de Mato Grosso. **2**

Jaime de Araújo/Agência Senado



O presidente do TSE, Gilmar Mendes, e Eunício na assinatura do acordo

Senado celebra acordo de cooperação técnica com TSE

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou da assinatura de um acordo de cooperação técnico-científica e cultural e de intercâmbio de conhecimento e informações entre o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Tri-

bunal Superior Eleitoral (TSE). O objetivo é a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos e desenvolvimento institucional. O acordo permitirá levar à Justiça Eleitoral produtos e serviços educacionais desenvolvidos pelo ILB. **2**

Remédios para animais poderão ser fracionados

O Senado aprovou projeto que permite a venda fracionada de medicamentos para animais por pet shops e clínicas veterinárias. O fracionamento deverá ser feito pelo veterinário responsável pelo estabelecimento. **6**

Projeto que impõe preços claros em sites vai a sanção

Sites de comércio eletrônico serão obrigados a divulgar de forma clara os preços dos produtos que oferecem. É o que determina projeto de lei aprovado ontem pelo Senado, que vai agora à sanção. **7**

Estudante do DF presidirá Mesa de jovens senadores

Participantes da 7ª edição do projeto tomaram posse ontem e elegeram os membros da Mesa



OS 27 PARTICIPANTES da 7ª edição do Projeto Jovem Senador tomaram posse ontem no Plenário do Senado. Os alunos cursam o ensino médio de escolas públicas e cada um representa uma unidade da Federação. Selecionados por meio de um concurso de redação, os estudantes viverão durante uma semana o trabalho dos parlamentares em Brasília. Além da posse, foi feita a eleição do presidente da Mesa, do vice e dos dois secretários.

A tarefa de conduzir os trabalhos ficará a cargo de Bruna Neri Cardoso Brandão, de Brasília. A vice-presidente será Sarah Evellyn Oliveira Borges, do Acre; o primeiro-secretário, Darlan Paulino da Silva, de Roraima; e o segundo, Victor Matheus de Campos Leite Neves, de Mato Grosso.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que o programa é motivo de orgulho, visto que há quase uma década proporciona a milhares de estudantes a oportunidade de pensar, refletir e colocar no papel temas de importância para o Brasil e o mundo.

— Ver vocês com interesse pela política rejuvenesce minha esperança e fé de que a

boa política, a política com P maiúsculo tem futuro e não vai acabar.

Eunício elogiou o tema do concurso de redação deste ano: “Brasil plural: para falar de intolerância”:

— A intolerância, que se manifesta sob todas as formas, é uma das maiores ameaças a qualquer nação. E nosso país tem se deparado com exemplos quase diários de desprezo pela diversidade. Essa intolerância assume as configurações mais diversas: do sectarismo político a agressões pessoais, muitas vezes covardes.

Ainda ontem, divididos em três comissões, os jovens senadores debateram proposições em áreas como educação, meio ambiente e cultura. Se forem aprovados, os textos podem ser analisados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa (CDH).

Desde 2011, os participantes do projeto apresentaram 45 sugestões, das quais 37 transformaram-se em projetos de lei com tramitação no Congresso.

Enquanto os estudantes discutiam as propostas, os professores orientadores das redações vencedoras do concurso participavam de um curso sobre atividade legislativa, ministrado pelo historiador e professor Antonio José Barbosa.

Os trabalhos dos jovens senadores seguem até a sexta-feira.

O Jovem Senador é voltado para a educação política dos jovens e conta com a parceria do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Também apoiam a iniciativa as secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal.



Bruna Brandão, de Brasília, é aplaudida após ser eleita presidente da Mesa

Rodovia no Nordeste homenageia vaqueiros

O trecho da BR-235 entre as divisas da Bahia com Sergipe e da Bahia com o Piauí passa a ser denominado Rodovia do Vaqueiro. É o que prevê a Lei 13.523/2017, sancionada na segunda-feira e publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A nova lei tem origem no PLC 73/2016, do deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), aprovado no Senado no dia 1º.

Relator do projeto na Comissão de Educação (CE), Roberto Muniz (PP-BA) destaca que a profissão de vaqueiro é exercida nas zonas rurais de quase todo o país. A atividade envolve o cuidado de animais do campo, como bois, cavalos e ovelhas, e a vigilância de pastagens e propriedades rurais.

Muniz considera a Rodovia do Vaqueiro uma “ode à cultura sertaneja e uma homena-

gem aos mais de 9 milhões de sertanejos do país”.

Para o senador, a escolha da BR-235 justifica-se por ser uma rodovia transversal que atravessa Sergipe, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará.

No trecho de que trata o projeto, a rodovia corta parte da Bahia, considerada pelo senador “o estado mais sertanejo do país”.

Promulgada lei que estende prazo do Recine a 2019

Foi promulgada pelo presidente da República e publicada ontem no *Diário Oficial da União* a Lei 13.524/2017, que prorroga o prazo para utilização do benefício fiscal do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine), além de incentivos previstos na Lei do Audiovisual até 31 de dezembro de 2019.

O texto é decorrente do projeto de lei de conversão da

Medida Provisória 770/2017, que prorrogava os benefícios até dezembro de 2017. Mas o Congresso estendeu o prazo por outros dois anos.

O governo vetou o texto na íntegra. Na justificativa, o presidente Temer alegou que a versão aprovada pelo Congresso “não apresentou o impacto orçamentário e financeiro decorrente da renúncia fiscal nem a respectiva medida de compensação”. No mesmo dia, o governo editou a MP

796/2017, que retoma o prazo de 31 de dezembro deste ano.

Mas na quarta-feira passada, em sessão do Congresso, parlamentares derrubaram o veto de Temer.

O Recine suspende a cobrança de todos os tributos federais que recaem sobre a aquisição de equipamentos e materiais necessários à construção ou modernização de salas de cinema. Foi instituído pela Lei 12.599/2012 e deveria vigorar até março deste ano.

Senado e TSE assinam acordo de cooperação técnico-científica

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou ontem da assinatura de um acordo entre o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para estabelecer cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimento e informações. O objetivo é a formação, o aperfeiçoamento e a especialização técnica de recursos humanos e desenvolvimento institucional.

— A celebração desse protocolo de intenções entre o Senado e o TSE é mais

um passo na caminhada do diálogo entre instituições. Com o protocolo, colocaremos à disposição da Justiça Eleitoral, no Brasil inteiro, um conjunto de produtos e de serviços educacionais desenvolvidos pelo ILB, a escola de governo do Senado.

O senador disse ainda que, desde que assumiu a Presidência da Casa, o ILB tem direcionado suas atividades para melhorar o processo legislativo, a eficiência e a transparência da gestão.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Paulo Rocha lamenta morte de frei dominicano

A morte do frei dominicano Henri des Roziers, aos 87 anos, em Paris, foi lamentada por Paulo Rocha (PT-PA). O senador afirmou que o frei dedicou parte da vida à defesa dos camponeses da região amazônica, em particular no Pará. Segundo ele, foi Roziers que o incentivou a ingressar na política.

— Apesar de nascido numa família aristocrática na França, Henri sempre se pautou pelo respeito aos excluídos. Requeiro voto de pesar pelo falecimento desse grande humanista, que ajudou a defender, no nosso país, os mais oprimidos.



Requeiro de STF Agência Senado

Marta defende casamento homoafetivo

Marta Suplicy (PMDB-SP) afirmou que o Senado vive um momento importante por estar prestes a aprovar o projeto que autoriza o casamento entre pessoas do mesmo sexo (PLS 612/2011). Segundo ela, a prática já é adotada em mais de 20 países.

Marta afirmou que apresentou o projeto para contemplar a decisão do STF que havia permitido a milhares de pessoas que viviam juntas a oportunidade de formalizar o casamento ou a união estável.

— Não há mais por que o Senado não se pronunciar.



Marcos Muniz/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Sabatina para a Anvisa**
9h Sabatina de Alessandra Bastos Soares, indicada para a diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Depois, pauta de 12 itens.
- CDR Segurança hídrica**
9h Audiência interativa sobre segurança hídrica nas Regiões Norte e Nordeste.
- CPMI DA JBS Depoimento**
9h Ex-procurador Marcelo Miller.
- CCJ Recursos ao FPM**
10h Entre 51 itens, a PEC 29/2017, que disciplina distribuição de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.
- CONGRESSO Sessão solene**
10h Homenagem aos 100 anos da Igreja Assembleia de Deus no Amazonas.

- CDH Femicídio**
11h Entre 19 itens, o PLS 382/2011, que fixa cota de brinquedos para crianças com deficiência em shoppings. Às 14h, audiência interativa sobre a Sugestão 44/2017, que extingue o termo feminicídio e agravante para crime passional.
- CMO Obras no PLOA 2018**
14h Reunião. Às 17h, audiência sobre indícios de irregularidades em obras no Projeto de Lei Orçamentária de 2018.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Abre a pauta texto sobre o Estatuto da Segurança Privada.
- CPI DO BNDES Depoimento**
14h30 Eike Batista.
- BRASIL-ARGENTINA Hidrovia**
14h30 Audiência sobre hidrovia no Mercosul.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Senado aprova Agência Nacional de Mineração

MP, que segue para sanção presidencial, estabelece que a ANM deverá regular e fiscalizar o setor. A verificação da segurança de barragens, como previa o texto, foi excluída

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a medida provisória que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM).

De acordo com a MP 791/2017, a ANM terá as funções de regulação e fiscalização do setor, em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que foi extinto.

Aprovada na forma de um projeto de lei de conversão (PLV 37/2017), a medida segue agora para a sanção do presidente da República.

A agência deverá fiscalizar os empreendimentos minerários com o objetivo de aproveitar racionalmente as jazidas e garantir sua segurança técnica operacional.

O relatório aprovado no Congresso exclui a função de fiscalizar a segurança das barragens e do fechamento adequado das minas, estabelecido pela MP.

Além das normas regulatórias, a agência deverá fiscalizar as empresas mineradoras e as pessoas com direito de lavra, implantar a política nacional para as atividades de mineração, arrecadar a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) e divulgar informações fornecidas pelas mineradoras.

Também caberá à ANM aprovar áreas que serão desapropriadas para exploração mineral, regulamentar a coleta de espécimes fósseis para

Senado retira da MP porte de arma para técnicos do órgão

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, acatou uma questão de ordem apresentada por Randolfe Rodrigues (Rede-AP) para impugnar o que chamou de “assunto estranho à MP”.

O artigo 32 da MP alteraria o Estatuto do Desarmamento para permitir posse e porte

de arma de fogo, mesmo fora de serviço, para geólogos, químicos, engenheiros e técnicos da ANM. O artigo foi retirado do texto aprovado.

— Se há algo que não precisamos no Brasil é de mais gente armada. Quanto mais armas, mais crimes — protestou Randolfe.

Aécio disse que a agência terá uma estrutura mais moderna e ágil, com diretoria colegiada e maior valorização dos servidores. Randolfe também elogiou a proposta.

Para Lúcia Vânia (PSB-GO), o texto confere segurança jurídica ao setor e contribui para gerar empregos.

promover sua preservação e apreender, destruir ou doar bens e minérios extraídos ilegalmente.

O texto aprovado altera aspectos relacionados à cobrança da taxa para o exercício da atribuição de poder de polícia da agência, trata do enquadramento salarial dos servidores do DNPM que migrarão para a ANM e estabelece as atribuições do órgão.

Para a solução de conflitos entre agentes da atividade de mineração, a ANM poderá alterar ou revogar títulos minerários para pacificar uma região, como nos conflitos entre garimpeiros e tribos indígenas, por exemplo.

Com Agência Câmara

Ana Amélia afirma que regulação ganhará agilidade

Ana Amélia (PP-RS) manifestou apoio à criação da Agência Nacional de Mineração (ANM), a qual, para ela, deverá garantir mais agilidade à regulação e à fiscalização do setor. Segundo a senadora, alguns órgãos reguladores, como a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), deveriam atuar mais na defesa do consumidor.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Telmário: disciplinar minérios deve beneficiar Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) disse que a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM) é importante para disciplinar a riqueza mineral do Brasil e poderá ser benéfica para seu estado.

— Se formos disciplinar a exploração das riquezas minerais, como o ouro, o diamante e o nióbio principalmente, Roraima sairia do contracheque, Roraima aumentaria o PIB brasileiro.



Gerardo Magalhães/Agência Senado



Relator da MP que cria a agência, Aécio discursa no Plenário do Senado

Pantaneiros pedem incentivos e regulação

O bioma Pantanal, que ocupa parte de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tem 95% de sua área em propriedades privadas e, ainda assim, mantém 85% da vegetação nativa preservada. No entanto, para que essas propriedades permaneçam viáveis e seja possível o desenvolvimento sustentável, são necessários incentivos e a definição de um marco regulatório para proteção e exploração. Esse foi o consenso em audiência na Comissão de Meio Ambiente (CMA), ontem.

A abertura do diálogo com as comunidades locais — ribeirinhos, pescadores, produtores

de gado e de alimentos — foi considerada essencial pelo diretor técnico da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, Renato Roscoe.

O marco regulatório virá com a aprovação do PLS 750/2011, a chamada Lei do Pantanal. O projeto foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (veja ao lado). O esforço para a preservação e correta exploração comercial dos recursos pantaneiros passa pelo mesmo projeto, que agora segue para a própria CMA. Wellington Fagundes (PR-MT) declarou a intenção de relatar o texto e defendeu a criação de

uma subcomissão exclusivamente sobre o Pantanal.

Para a representante do Centro de Pesquisa do Pantanal, Cátia Nunes, o projeto deve reconhecer o Pantanal como zona úmida de importância internacional e garantir a sinergia com biomas como o Cerrado.

O presidente do Instituto Centro de Vida, Sérgio Guimarães, ressaltou que a normatização e as obras de construção de estradas, rodovias e hidrelétricas no entorno do Pantanal precisam de regras, em alguns casos de proibição, porque abrigam os rios que compõem a bacia do Rio Paraguai.

Avança texto sobre política de proteção do Pantanal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o projeto que cria a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal. O PLS 750/2011 tem por objetivo reduzir impactos ao meio ambiente e proteger a fauna e a flora da planície alagável no Centro-Oeste. O autor, Blairo Maggi (PP-MT), se licenciou do Senado para dirigir o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O incentivo a atividades de ecoturismo como forma de gerar emprego e renda é uma das diretrizes da política prevista na proposta, que já passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e terá decisão final na de Meio Ambiente (CMA).

O relator na CAE, Pedro Chaves (PSC-MS), apresentou duas alterações ao texto. A primeira delas propõe a cria-

ção do Fundo Pantanal, para apoiar ações de gestão de áreas protegidas, pesquisa para conservação e uso sustentável da biodiversidade, recuperação de áreas desmatadas e degradadas e atividades de controle, monitoramento e fiscalização ambiental.

A segunda especifica que o bioma se trata de “área de uso restrito situada nos estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, correspondente às planícies aluviais inundáveis periodicamente, formadas pela Bacia do Alto Paraguai”.

Para o relator, o PLS 750/2011 tem o mérito de tentar promover a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, permitindo que atividades econômicas locais possam ser mantidas no longo prazo. Chaves também destacou que o projeto não cria novas despesas.



Wellington (C) preside audiência com representantes do governo, da Embrapa e de instituições ambientais

Câmara não vota e MP que parcela dívidas rurais perde efeito

As discordâncias entre aliados do governo e a oposição, somadas à não obtenção de quorum no Plenário da Câmara dos Deputados, evitaram a votação anteontem da medida provisória que criou

o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR). A MP 793/2017 perdeu a validade sem ter sido analisada no prazo constitucional por deputados e senadores — o prazo limite terminou ontem.

De um lado, partidos de oposição defenderam renegociação de dívidas rurais com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) que beneficiasse apenas pequenos produtores da agricultura

familiar. Já a base governista sustentou o argumento de que o agronegócio é um só e que todos os produtores deveriam ser beneficiados pela MP. Pela proposta, os devedores teriam até 20 de dezembro para aderir

ao PRR, com pagamento em até 180 parcelas e entrada de 2,5% do valor consolidado, em vez de 4% do texto original da MP. O valor da contribuição social seria de 1,2% da receita bruta.

Com Agência Câmara

Comissão aprova revisão da lei da inovação

Aprovada em 2016, a lei teve itens vetados pelo presidente da República sob a justificativa de que poderiam resultar em aumento de gastos e afetar o equilíbrio fiscal

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 226/2016, que restabelece itens vetados pela Presidência da República e mantidos pelo Congresso Nacional no Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/2016). O projeto segue para as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), onde será analisado em decisão terminativa.

Entre os itens reinseridos na lei, estão a previsão de concessão de bolsas de estímulo à inovação no âmbito de projetos específicos sem vínculo empregatício, inclusive ao aluno de instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) privada; a ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira de ICT pública mediante a celebração de contrato de gestão; e a dispensa de licitação em contratações com empresa incubada em ICT



Cristovam Buarque, autor do substitutivo aprovado que modifica o marco legal de ciência pública para fornecimento de produtos ou prestação de serviços inovadores, quando realizados com microempresa, empresa de pequeno porte ou empresa de médio porte.

Autor, Jorge Viana (PT-AC) explicou que esses itens foram vetados pela

Presidência da República sob a justificativa de que poderiam “resultar em perda de receitas, contrariando esforços necessários para o equilíbrio fiscal”.

De Cristovam Buarque (PPS-DF), o substitutivo introduz as entidades do Sistema S no conceito de agência de

fomento para que promovam o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação. Também autoriza a associação de entes federativos, agências de fomento e ICTs públicas com vistas à produção e à comercialização de produtos e serviços.

O texto permite à ICT pública o compartilhamento de utilização de laboratórios com outra ICT pública. Também prevê o acréscimo das agências de fomento entre aqueles que poderão utilizar mais de um instrumento de estímulo à inovação a fim de conferir efetividade aos programas de inovação em empresas.

O projeto atualiza os nomes dos ministérios nos quais as fundações têm de fazer prévio registro e credenciamento, e estende a frequência de renovação de bienal para quinquenal. A proposta também torna explícita que a transferência de recursos é cabível em caso de fundação de apoio responsável pela gestão financeira dos projetos.

Avança fim do contingenciamento para áreas de inovação e tecnologia

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem projeto que veda o contingenciamento de recursos orçamentários para o desenvolvimento científico e tecnológico. A proposta vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto (PLS 315/2017), de Otto Alencar (PSD-BA), altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para determinar que, além das despesas com serviço da dívida pública, não poderão ser objeto de cortes orçamentários os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Em 2016, disse Otto, o fundo conseguiu empenhar apenas R\$ 1 bilhão dos R\$ 2,7 bilhões da dotação orçamentária,

ou seja, 60,9% da verba para inovação foi contingenciada.

O projeto muda a natureza contábil do fundo. A alteração permitirá a separação dos recursos do fundo da Conta Única do Tesouro Nacional, viabilizando a aplicação no sistema financeiro e o recebimento de rendimentos.

A proposta eleva o percentual de recursos orçamentários, de até 25% para até 50%, emprestados do fundo para a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). As alterações devem entrar em vigor em 1º de janeiro de 2020.

O relator, Hélio José (Pros-DF), disse que o contingenciamento de verba para a inovação mais prejudica do que contribui para o ajuste fiscal.

Grupo busca melhorar produtividade da economia

O Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas apresentou em seu relatório final uma série de propostas para melhorar a produtividade da economia. O texto foi lido ontem por Armando Monteiro (PTB-PE) e aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para Armando, “seria ingênuo supor que existe uma bala de prata para resolver o problema da produtividade; porém, há uma série de propostas dispersas que, reunidas, podem reduzir o custo Brasil e tornar o país mais competitivo”.

Armando e o senador licenciado Ricardo Ferraço (PSDB-ES) foram os responsáveis pelo grupo de trabalho na CAE. Entre as sugestões do relatório, estão a aprovação de projetos e a adoção de



Armando acredita que propostas podem reduzir o custo Brasil

medidas infralégais.

— Todas as propostas têm um elemento comum: custo fiscal zero. São medidas de desburocratização, de simplificação — ressaltou Armando.

Entre as propostas mencionadas no relatório, estão o PLS 298/2011, que cria o Código

de Defesa do Contribuinte, o PLS 406/2016, que define que obrigações tributárias acessórias que impliquem sanção só possam ser instituídas por lei, e o PLS 492/2007, atualmente na Câmara, que permite a compensação tributária.

O relatório propõe também a elaboração de outros projetos, simplificando a emissão de certidão negativa de débitos e definindo que não incidirá ISS sobre exportação de serviços. Outra proposta do relatório é um projeto de resolução que obrigue o ministro-chefe da Casa Civil a prestar contas semestralmente ao Senado do que o governo tem feito para aumentar a produtividade e reduzir o custo Brasil. O presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), propôs a votação na próxima reunião.

Comissão de Orçamento aprova R\$ 4,5 bilhões para ministérios

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem um projeto de crédito adicional que destina R\$ 4,5 bilhões para o reforço de dotações orçamentárias de diversos órgãos federais, como os Ministérios do Trabalho, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário.

Apesar de ter sido aprovado por acordo entre os líderes na comissão, o PLN 34/2017 foi criticado por partidos de oposição por retirar recursos de áreas sociais, como agricultura familiar e educação.

A comissão também aprovou o PLN 31/2017, que aumenta a dotação para investimento das estatais — a Petrobras é a maior beneficiária, com quase R\$ 8,5 bilhões. Para garantir o reforço, o projeto determina um corte de R\$ 15,3 bilhões no orçamento de investimento das empresas.

A CMO aprovou ainda o PLN 36/2017, que abre crédito de R\$ 252 mil para custear a criação e o provimento de três cargos em comissão para o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.

Da Agência Câmara

Pesquisadores traçam cenário favorável para o agronegócio

A agricultura nacional poderá experimentar um forte crescimento nas próximas décadas, desde que sejam feitos os investimentos necessários em ciência e tecnologia. Essa foi uma das principais conclusões a que chegaram representantes da comunidade científica em audiência pública da Comissão de Agricultura (CRA) realizada ontem.

O debate, sugerido pelo presidente da CRA, Ivo Cassol (PP-RO), subsidia a avaliação da Política de Pesquisa Agropecuária.

Participaram os representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Gonçalo Amarante Guimarães Pereira, da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Elíbio Leopoldo Rech Filho, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Fernando Ribeiro, e do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Márcio de Miranda Santos. Santos alertou:

— O nosso sistema está muito desarticulado. Ele precisa de soluções no que diz respeito ao apoio do Legislativo, absolutamente fundamental para iniciativas que articulem esse sistema.

Para especialistas, microcrédito favorece inclusão e crescimento

O microcrédito contribui para a inclusão social e produtiva, a distribuição de renda e o crescimento das pequenas empresas. A avaliação é de especialistas que participaram ontem de uma audiência pública na comissão mista encarregada de analisar a Medida Provisória (MP) 802/2017, que amplia o programa de microcrédito.

A MP promove alterações no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (Lei 11.110/2005). Na justificativa, o governo argumenta que a MP moderniza a legislação, simplifica processos e inclui a possibilidade de uso de tecnologias na orientação dos beneficiários. A MP tem ainda o objetivo de reduzir os custos operacionais que envolvem a concessão de financiamentos e promover a ampliação das fontes de financiamento no programa.

Os representantes do Banco do Brasil, do Ministério do Trabalho, da Caixa Econômica Federal, do Banco Central, do Banco do Nordeste e do BNDES, no entanto, discordaram de emendas apresentadas à MP que limitam a 2% a taxa de juros cobrada, hoje em torno de 4%.

Relatório sobre Pronatec aponta falhas na execução do programa

Aprovado ontem, o documento de 101 páginas revela dados inconsistentes e dificuldades para a meta de 5,2 milhões de estudantes até 2024

A COMISSÃO DE Educação (CE) analisou neste ano os principais problemas e o desempenho do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O relatório final, aprovado ontem, aponta falhas na fiscalização e na execução do programa, além da falta de dados confiáveis sobre o número de alunos que abandonam os cursos de qualificação de mão de obra.

O Pronatec oferece cursos de qualificação profissional gratuitos desde 2011. O trabalho contou com audiências públicas com autoridades e especialistas e análise de documentos e es-

tatísticas oficiais de órgãos de fiscalização e controle, além de pesquisas acadêmicas. O relatório de Roberto Muniz (PP-BA) destaca a importância da retomada do ensino profissionalizante no Brasil, aponta falhas na execução e defende a reformulação do Pronatec. O documento de 101 páginas revela as dificuldades de cumprir a meta de triplicar até 2024 o número de matrículas, de 1,7 milhão de estudantes atuais para 5,2 milhões.

O relatório critica a falta de dados consistentes sobre o Pronatec, principalmente sobre a evasão escolar. Segundo o



Na Comissão de Educação, Muniz defende reformulação do Pronatec

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), até 70% dos alunos abandonam os estudos. O

número cai para 16% nos cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Para Gurgacz, saída é escola em tempo integral

A cir Gurgacz (PDT-RO) defendeu ontem a educação em tempo integral. Ele argumentou que esse investimento em educação pode evitar o tráfico e o consumo de drogas dentro e perto das escolas.

Para o senador, com instalações adequadas os jovens poderão participar de atividades que os afastem do perigo das drogas, além de evitar casos como o da criança que desmaiou de fome em escola pública do DF.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Comissão aprova criação de dia para homenagear filosofia eubiose

O dia 10 de agosto pode ser o Dia Nacional da Eubiose. É o que institui projeto aprovado ontem na Comissão de Educação (CE). O PLC 125/2017 segue para votação no Plenário.

Eubiose é uma sociedade de estudos filosóficos. A data escolhida coincide com a de fundação, em 1924, da Sociedade Teosófica Brasileira, que em 1969 passou a se chamar Sociedade Brasileira de Eubiose (SBE).

No parecer, o relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), ressaltou ações educativas, culturais e sociais da SBE.

— Em vários locais do país, é possível ver a SBE contribuindo para melhorar a qualidade de vida de milhares de pessoas.

Texto estende direito de outorga de canal de rádio ou TV educativa

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto que estende a todas as instituições de ensino superior a possibilidade de receber outorga de canal de rádio ou TV educativa. O PLC 91/2017 recebeu parecer favorável de Regina Sousa (PT-PI) e segue para a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Universidades, centros universitários e faculdades isoladas já tinham direito à outorga, que pode ser estendido agora às mantenedoras, inclusive na forma de associações. O projeto permite que a rádio ou TV educativa divulgue os nomes dos apoiadores culturais dos programas. A publicidade comercial, porém, continua vedada nesse tipo de serviço.

Debate: sugestão para retirada de título de Paulo Freire é absurda

Debatedores condenaram ontem, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), a sugestão legislativa que pede a retirada do título de Patrono da Educação Brasileira dado a Paulo Freire. A SUG 47/2017 teve mais de 20 mil apoios no Portal e-Cidadania e passou a tramitar no Senado. A relatora, Fátima Bezerra (PT-RN), disse que o parecer será pela rejeição. A viúva do educador, Ana Maria Freire, afirmou que ele foi diminuído e desprezado. Para a deputada Luiza Erundina (PSOL-SP), a sugestão é um atentado ao pedagogo. Segundo o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, a proposta de educação democrática de Freire é um trabalho único.

Sancionada lei para incentivo a exames de diagnóstico do câncer

Equipes de profissionais de saúde passarão a levar mulheres com dificuldades para fazer exames preventivos e de rastreamento de câncer de útero e de mama até os locais de realização, segundo a Lei 13.522/2017, sancionada ontem.

A lei é decorrente do PLC 20/2017, aprovado no Senado no último dia 1º, e já está em vigor.

Selo colorido deve indicar composição nutricional

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de Cristovam Buarque (PPS-DF) que cria selos de diferentes cores indicando a composição nutricional dos alimentos e que serão obrigatórios nos rótulos das embalagens.

Pelo projeto, informações nutricionais como os teores de sódio, açúcares totais e gorduras saturadas devem figurar com destaque nos rótulos e serão identificadas

por selos nas cores verde, amarelo e vermelho, de modo a possibilitar sua imediata e fácil compreensão.

O PLS 489/2008 já havia sido aprovado na Comissão de Transparência (CTFC), onde recebeu emendas. Na CAE, o relatório de Armando Monteiro (PTB-PE) foi favorável, suprimindo uma das emendas da CTFC, que retirava do texto a definição das cores dos selos — vermelho para os alimentos mais no-

civos à saúde, amarelo para os menos nocivos e verde para os saudáveis.

Cristovam justifica a medida com base no aumento dos índices da obesidade, do diabetes e das doenças cardiovasculares. Segundo o senador, a carência de informação leva ao consumo de salgadinhos e refrigerantes, em vez de alimentos saudáveis. O texto ainda será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Lídice destaca importância de policlínica no sertão

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) informou ontem que participou da inauguração da Policlínica Regional do Alto Sertão, em Guanambi (BA). De acordo com a senadora, serão beneficiados 500 mil cidadãos, que contarão com a cobertura de exames do Sistema Único de Saúde. Lídice informou que a policlínica será gerida por consórcio de municípios, que financiará 60% dos custos, e 40% caberão ao estado.

Amorim comemora o Dia Nacional de Combate ao Câncer

O Dia Nacional de Combate ao Câncer, celebrado na segunda-feira, foi lembrado por Eduardo Amorim (PSDB-SE). A data, instituída em 1988, tem o objetivo de alertar a sociedade.

— Um terço das mortes por câncer está relacionado a conhecidos e muitas vezes ignorados fatores de risco, como fumo, sedentarismo e alimentação inadequada.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Ângela critica projetos para Farmácia Popular e saúde suplementar

O projeto que cria um novo marco legal para os planos de saúde suplementar e o que altera o Programa Farmácia Popular foram criticados por Ângela Portela (PDT-RR). Os textos estão em análise na Câmara.

Ela disse que o governo pretende mudar o modelo de pagamento às farmácias credenciadas para distribuir medicamentos, depois de fechar 400 unidades próprias.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Paim discorda de aumento em plano para maior de 59 anos

Paulo Paim (PT-RS) manifestou preocupação com a possibilidade de os deputados aprovarem o projeto que permite parcelamento em cinco vezes do reajuste das mensalidades de planos de saúde de beneficiários com 59 anos.

— A proposta também estabelece multas mais leves para as operadoras dos planos e reduz as garantias patrimoniais que são exigidas.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Votação de reforma deve ser tranquila, diz Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que a votação da reforma da Previdência deverá ocorrer “com parcimônia, com equilíbrio, sem açodamento” e que vai aguardar a decisão da Câmara dos Deputados — onde a proposta tramita — sem fazer “nenhum prognóstico”.

— Sabemos que temos que mudar a idade mínima e acabar com os privilégios. Não é tirar direitos adquiridos dos pequenos e dos pobres.

Eunício defendeu a criação de uma regra de transição para que a reforma também leve em conta o contribuinte, além da redução do déficit do setor.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Reguffe condena “balcão de cargos” do governo Temer

Reguffe (sem partido-DF) criticou o governo Temer por promover, segundo ele, um “balcão de cargos” com o objetivo de convencer parlamentares a aprovar a reforma da Previdência. O senador qualificou essa prática como vergonhosa, lembrou que prefeitos e governadores exercem a distribuição de cargos para melhor controlar o Legislativo e definiu o país como “República Fisiológica do Brasil”.



Raquel de Sá/Agência Senado

Plenário aprova venda fracionada de medicamentos para uso animal

Projeto, que retorna à Câmara, prevê a comercialização dos remédios em pet shops e clínicas veterinárias. Veterinário fará o fracionamento

O SENADO APROVOU ontem o projeto que permite a venda fracionada de medicamentos em clínicas veterinárias e pet shops. Como foi aprovado em forma de substitutivo, o texto ainda será submetido a um turno extra de votação antes de voltar para a Câmara dos Deputados.

Do deputado Ricardo Izar (PP-SP), o PLC 59/2017 estende para os animais uma prática já adotada no comércio de remédios para humanos. O fracionamento dos medicamentos deverá ser feito pelo veterinário responsável pelo estabelecimento. As frações individualizadas precisarão ser fornecidas sem o rompimento da embalagem primária e mantendo seus dados de identificação.

Na justificativa da proposta, Izar afirmou que, da mesma



Lídice da Mata relatou a proposta na Comissão de Assuntos Sociais

maneira que o ser humano enfermo, “o animal não necessita fazer uso de todos os comprimidos ou medicamentos que se encontram em uma embalagem, sendo necessário somente o uso de uma parcela daquele montante, em determinadas circunstâncias”.

Na Comissão de Assuntos

Sociais (CAS), a relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), apresentou modificações ao texto, para deixá-lo com caráter mais geral.

No parecer, Lídice destacou que o fracionamento de remédios veterinários já está regulamentado no Decreto-Lei 467/1969, que dispõe sobre a

fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem. Ela reconheceu, porém, a pertinência de transformar a prática em lei, uma vez que já existe também regulamentação, embora infralegal, autorizando o fracionamento de medicamentos de uso humano.

Alteração

A senadora retirou do texto a obrigação para que os fabricantes dos medicamentos veterinários destinem no mínimo 60% de sua produção para embalagens próprias para a venda fracionada. O texto aprovado na CAS e confirmado pelo Plenário também determina que as condições técnicas e operacionais necessárias para a venda fracionada sejam definidas em regulamento.

União homoafetiva fica na pauta e pode ser votada hoje no Plenário

O Plenário do Senado rejeitou ontem um requerimento para que o projeto que legaliza o casamento entre pessoas do mesmo sexo fosse enviado novamente para a análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Depois de um pedido de verificação, o painel registrou 25 votos contrários ao requerimento e 16 a favor. Assim, a proposta (PLS 612/2011) permanece na pauta do Plenário e deve ser votada hoje.

O requerimento foi apresentado pelo senador Magno Malta (PR-ES), que é contrário ao casamento homoafetivo.

Autora do projeto, a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) pediu a rejeição do requerimento, ao apontar que o pedido era “simplesmente para adiar o que já vem sendo adiado há muito tempo”. Ela destacou que na Comissão de Constituição e Justiça o texto foi aprovado por unanimidade, com uma abstenção.

Otto Alencar defende preservação das nascentes hídricas

O senador Otto Alencar (PSD-BA) chamou a atenção do governo federal e dos governos estaduais para a importância da gestão dos recursos hídricos no Brasil.

Segundo o senador, o país trata suas nascentes com descaso. Otto afirmou que a crise hídrica já afetou a maioria dos estados brasileiros e defendeu ações de incentivo ao uso racional da água.

— Cada ano que passa, nós temos uma cruz colocada numa nascente ou num afluente de um rio de grande porte.



Moreira Matiz/Agência Senado

Indígenas pedem segurança e homologação de terras demarcadas

Representantes do Ministério Público Federal e lideranças indígenas da aldeia Morro dos Cavalos, em Palhoça (SC), participaram ontem de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Os indígenas da etnia Mbya-Guarani disseram que a aldeia é atacada desde o início do processo de demarcação da área. O fato mais grave aconte-

ceu no dia 2, quando Ivete de Souza, de 59 anos, teve a mão decepada a golpes de facão.

— A gente fez denúncia na Polícia Civil e na Polícia Federal, mas não encontraram o culpado — reclamou Eunice Antunes, filha de Ivete.

Representante do MPF, Rogério Navarro destacou a necessidade de reação imediata do governo.

— É preciso que o poder público aja logo no primeiro ato para garantir a segurança. Isso diz respeito ao Morro dos Cavalos, mas deve ser estendido a todo país — defendeu.

A presidente da comissão, Regina Sousa (PT-PI), disse que o atraso na homologação de terras indígenas abre espaço para conflitos.

— A judicialização dá oportu-

nidade a ações de meter medo para ver se os índios desistem — argumentou.

A comissão decidiu solicitar ao Supremo Tribunal Federal que vote a homologação do território do Morro dos Cavalos e pedir mais policiais federais e civis para segurança da área e indenização para os não indígenas que tiveram que deixar a área demarcada.

MP e órgãos da União deverão transmitir reuniões pela internet

Proposta que torna obrigatória a transmissão em tempo real de todas as sessões colegiadas dos órgãos públicos dos três Poderes e do Ministério Público foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia. O texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça, onde será votado em caráter terminativo.

O PLS 239/2017, de Alvaro Dias (PV-PR), determina que o

conteúdo da transmissão deve estar disponível para o acesso dos internautas pelo prazo mínimo de cinco anos. Também prevê que os processos sigilosos serão protegidos pela abreviação dos nomes das partes.

Para o relator, Paulo Rocha (PT-PA), é imperioso o uso da internet para a divulgação de informações em atenção ao princípio constitucional da publicidade.

Comissão fará audiência pública sobre denúncias contra a Globo

A Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou requerimento do senador Lindbergh Farias (PT-RJ) para a realização de audiência, ainda sem data marcada, sobre denúncias de que a TV Globo teria, por meio do pagamento de propinas, atuado para obter a exclusividade na transmissão de grandes eventos esportivos.

Lindbergh propõe que sejam convidados o executivo

Marcelo Campos Pinto, ex-diretor da Globo Esportes, e um representante do Grupo Globo.

O senador argumenta que, caso sejam comprovadas as denúncias que estão sendo investigadas pela Justiça norte-americana, a atuação da emissora teria provocado distorções no mercado, prejudicado a concorrência e afetado outros setores.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

PEC para garantir isenção à Justiça Eleitoral é aprovada

Advogados e cidadãos indicados ao TSE, aos TREs ou às juntas eleitorais não poderão tomar posse caso tenham sido filiados a partido nos dois anos anteriores ao exercício da função. Proposta vai à Câmara

O PLENÁRIO APROVOU ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) barrando a posse de membros da Justiça Eleitoral que tenham sido filiados a partidos políticos nos dois anos anteriores. A intenção é garantir a imparcialidade nos julgamentos. O texto segue para a Câmara.

A limitação determinada pela PEC 4/2017 vale para advogados indicados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e aos tribunais regionais eleitorais (TREs) e para cidadãos designados às juntas eleitorais.

O autor da proposta, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), alertou para a desconfiança que paira sobre juízes eleitorais que já atuaram como mandatários ou representantes de partidos.

Para ele, é preciso impor limites, já que esses profissionais serão responsáveis por resolver controvérsias eleitorais e partidárias.

O texto foi aprovado com alteração sugerida pelo relator, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO). Inicialmente, a



Para Flexa, é preciso dar limites a quem decidirá sobre questões eleitorais

vedação se estendia aos juízes eleitorais de primeira instância e aos juízes integrantes das juntas eleitorais.

Caiado lembrou, no entanto, que pessoas aprovadas em concurso para o cargo de juiz já não podem se dedicar à atividade partidária após a posse. Submeter esses servidores a vedações anteriores ao exercício do cargo, para ele, não seria razoável.

Com a emenda, a limitação valerá apenas para os advogados indicados aos TREs e ao TSE e cidadãos indicados às juntas eleitorais.

Dos sete ministros que compõem o TSE, dois são advogados indicados pelo STF e nomeados pelo presidente da República. No caso dos TREs, também formados por sete juízes, dois dos cargos são preenchidos por nomeação do presidente da República entre seis advogados indicados pelo Tribunal de Justiça de cada estado.

As juntas eleitorais são presididas por um juiz de direito e compostas por mais dois ou quatro cidadãos indicados pelo juiz eleitoral e nomeados pelo presidente do TRE.

Comissão aprova indicação para diretoria do Dnit

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem por unanimidade a indicação de Mauro de Moura Magalhães para ocupar o cargo de diretor de Administração e Finanças no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Agora, a indicação será examinada pelo Plenário, em

regime de urgência.

Economista, Mauro de Moura Magalhães é funcionário de carreira do Ministério dos Transportes desde 1983. Atualmente, é coordenador-geral da diretoria para a qual foi indicado. Entre 2009 e 2015, foi subsecretário de Planejamento e Orçamentos do ministério. E, no Dnit, foi coordenador da

Diretoria-Geral de 2006 a 2008.

O relator da indicação, Wellington Fagundes (PR-MT), disse que o histórico profissional o qualifica para o cargo. Durante a sabatina na comissão, o senador pediu ao novo diretor a diversificação da matriz de transporte do país, em especial com a construção de ferrovias.

CMO busca soluções para obras com irregularidades

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) está tratando nesta semana das obras com indícios de irregularidades graves incluídas no Orçamento de 2018 (PLN 20/2017), com a presença técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) e representantes de órgãos envolvidos.

Ontem foi analisada a situação de três rodovias, de trecho urbano em Juazeiro (BA) e da Ferrovia Transnordestina.

Audidores do TCU apontaram superfaturamento, falta de projetos e baixa qualidade do serviço nessas obras.

— Observam-se problemas relacionados ao projeto e também à qualidade do empreendimento — explicou o auditor do TCU Fábio Amorim.

Na construção da BR-040 (RJ) estima-se que tenha havido um sobrepreço de R\$ 130 milhões, além de um projeto executivo deficiente.

Na ampliação de capacidade da BR-290 (RS), o órgão aponta superfaturamento de R\$ 43,1 milhões.

A construção da Ferrovia Transnordestina começou em 2005, com conclusão prevista para 2010 a um custo de R\$ 4,5 bilhões. O custo atual está orçado em R\$ 13,2 bilhões, dos quais já foram gastos R\$ 6,38 bilhões e apenas entre 34% e 41% da obra estariam prontos, segundo o auditor do TCU Fernando Graeff.

O senador Hélio José (Pros-DF), coordenador do Comitê de Avaliação de Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves da CMO, disse que os parlamentares farão um estudo cuidadoso e apresentarão um relatório com soluções.

Com Agência Câmara



O senador Dário Berger (D) preside a Comissão Mista de Orçamento

Sites poderão ser obrigados a divulgar preços de forma clara

Os sites de comércio eletrônico serão obrigados a divulgar de forma clara os preços dos produtos ou serviços que oferecem. É o que determina projeto de lei da Câmara aprovado ontem pelo Senado. A proposta vai à sanção.

O PLC 48/2017, do deputado Luis Tibé (Avante-MG), determina que a divulgação dos preços deve ser feita de forma ostensiva e com caracteres facilmente legíveis, com fonte de tamanho igual ou maior que 12. Com regras mais claras para a contratação de produtos e serviços por meio eletrônico, a intenção é aumentar a segurança jurídica dos contratos celebrados no país, visando à proteção do consumidor.

— É um projeto interessante que preserva o direito do consumidor. Então não temos como ser contra — disse o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) durante a votação em Plenário.

Relator da proposta na Comissão de Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), o senador Sérgio Petecão (PSD-AC) lembrou que em vários sites na internet são ofertados produtos ou serviços sem os correspondentes preços visíveis, ostensivos ou de forma clara. Com a mudança na lei, o consumidor poderá saber qual é o exato preço do produto ou serviço imediatamente, podendo adquirir com mais segurança.

Plenário aprova autorização de empréstimo para Espírito Santo

O Plenário aprovou ontem autorização para que o Espírito Santo contrate empréstimo de US\$ 56 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O dinheiro deve financiar o Programa Estado Presente, que visa reduzir os índices de crimes violentos em

municípios capixabas. Mais cedo, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) já havia aprovado a MSF 70/2017.

Segundo o relator na CAE, Dalírio Beber (PSDB-SC), o estado pode pagar o empréstimo, atende os requisitos necessários para a contratação e está adimplente com a União.

Projeto permite apresentação espontânea de documentos do IR

Projeto de Ronaldo Caiado (DEM-GO) aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos ontem permite ao contribuinte apresentar espontaneamente documentação para comprovar a regularidade da declaração de Imposto de Renda, mesmo que a pessoa não tenha sido intimada pela Receita Federal.

O relatório de Simone Tebet (PMDB-MS) foi favorável à proposta (PLS 354/2017), que

segue para votação em caráter terminativo na Comissão de Constituição e Justiça.

Pelo texto, quem apresentar os documentos passa a ter prioridade na revisão da declaração. O objetivo, segundo Caiado, é evitar atraso no processamento das declarações, o que faz com que a restituição de milhões de contribuintes fique retida pela simples falta de um documento.

Comissão verificará condições de tráfego e manutenção da BR-319

A Comissão de Infraestrutura (CI) fará diligência na BR-319 entre os dias 15 e 18 de janeiro, para verificar as obras de manutenção e a trafegabilidade da rodovia no trecho de Porto Velho a Manaus. O pedido, de Acir Gurgacz (PDT-RO), foi aprovado ontem.

O senador explicou que a diligência em janeiro — período de muita chuva na região — é necessária para identificar locais de alagamento ou até bloqueio de passagem por conta das águas.

— Precisamos das chuvas, mas é preciso mostrar como fica a situação do escoamento da produção nessa época.

Serão vistoriadas as obras do chamado meio da rodovia (do quilômetro 250 ao quilômetro 655), a reforma das pontes de madeira, as condições dos trechos já pavimentados (472 quilômetros), o licenciamento ambiental para a reconstrução da rodovia e as ações e soluções propostas pelos agentes públicos envolvidos.

Aprovada garantia de verba à segurança pública

Projeto, que teve unanimidade na votação em Plenário, muda a Lei de Responsabilidade Fiscal para assegurar transferências da União mesmo que estados e municípios estejam inadimplentes

O PLENÁRIO APROVOU ontem um projeto que facilita a transferência de recursos federais para estados e municípios na área de segurança pública. O texto autoriza a liberação do dinheiro mesmo que governos e prefeituras estejam inadimplentes com a União. O texto segue para a Câmara.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina a suspensão das transferências voluntárias da União no caso de inadimplência. A LRF estabelece três exceções: estados e municípios podem contar com os recursos se eles forem destinados às áreas de educação, saúde e assistência social. O PLS 247/2016, do senador Omar Aziz (PSD-AM), estende o benefício para a segurança pública.

O projeto foi aprovado por 60 votos favoráveis, a unanimidade dos senadores presentes. Com o apoio tanto da base do governo quanto da oposição, Omar Aziz afirmou que, com a regra atual, municípios inadimplentes são penalizados com a suspensão dos repasses.

— Muitos municípios inadimplentes não têm direito de receber recursos no meio de uma grave crise que o Brasil atravessa na segurança pública. Esse projeto vai facilitar o acesso aos recursos para que possam fazer um trabalho na prevenção — afirmou Omar.

Agenda positiva

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) explicou que muitas vezes prefeituras e



Jefferson Rody/Agência Senado

Autor do texto, Omar Aziz afirma no Plenário que projeto vai facilitar acesso a recursos para prevenção

governos estaduais deixam de receber os recursos para segurança pública por pendências meramente burocráticas.

— Não podemos admitir que recursos voluntários deixem de ser transferidos para estados e municípios por conta

de burocracia. A LRF vem em boa hora, mas às vezes estamos falando de simples relatórios bimestrais que não foram cumpridos. Quem sai prejudicada é a sociedade brasileira — disse.

O presidente do Senado,

Eunício Oliveira, afirmou que a proposta faz parte da “agenda positiva da segurança pública”. O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o projeto “coloca a segurança pública como prioridade incontingenciável”.

Estados devem ser protagonistas no combate à violência, diz relator

Os estados devem ter ampla autonomia na definição de estratégias de combate à violência, num novo modelo orçamentário que disponibilize recursos para a missão. Esse será o destaque do relatório a ser apresentado pelo senador Wilder Moraes (PP-GO) à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre a avaliação da Política Nacional de Segurança Pública.

Na última audiência da CCJ sobre o tema, realizada ontem, Wilder disse que empoderar os estados possibilitará a adoção de estratégias mais efetivas, como ocorre nos Estados Unidos, onde cada unidade federativa pode inclusive definir o que é crime e as punições respectivas.

— Cada estado enfrenta sua própria realidade. O papel da União deve ser o de garantir a estrutura e os recursos para que ele possa agir — afirmou.

Wilder ressaltou, por exemplo, que os governos estaduais têm sido subutilizados no monitoramento das fronteiras, permitindo que armas e drogas continuem penetrando em enormes quantidades no território brasileiro.

Simone Tebet (PMDB-MS) lembrou que o Senado já pode dar um passo para impedir que verbas para a segurança sejam contingenciadas, pois a CCJ deve votar hoje a PEC 118/2011, que tem esse objetivo.

Sobre as políticas antidrogas, o diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional, Josué Filemon, informou que o órgão e a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) iniciaram um levantamento nos presídios para mapear a relação entre o uso de drogas e a prática de crimes. O estudo estará concluído em 2019.

O presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), e a senadora Ana Amélia (PP-RS) acrescentaram que a literatura médica demonstra o prejuízo que o abuso de drogas traz às pessoas. Com base nesses estudos, entendem que qualquer política liberacionista deve ser encarada com muita cautela.

O diretor da Senad, Humberto Viana, disse ver com preocupação a disseminação de drogas sintéticas nas festas do tipo rave. E informou que o órgão tem procurado agir para estancar essa rede de tráfico.

Joesley Batista fica em silêncio em reunião conjunta de CPIs

Em reunião conjunta da CPI mista da JBS e da CPI do BNDES, do Senado, o empresário Joesley Batista, um dos controladores da empresa JBS, do grupo J&F, optou por não responder às perguntas dos parlamentares.

— Joesley vai continuar colaborando com a Justiça, mas a orientação é a mesma feita ao Wesley [irmão de Joesley, também controlador da JBS]: usar o direito constitucional de se manter em silêncio — explicou o advogado do empresário, Ticiano Figueiredo.

O presidente da CPI mista, senador Ataídes Oliveira

(PSDB-TO), anunciou há três semanas, diante do silêncio de Wesley Batista, que pediria à Justiça a revogação da delação premiada dos controladores da JBS.

O senador alegou que a Lei das Delações Premiadas (Lei 12.850/2013) obriga o delator a abrir mão do silêncio.

Wesley e Joesley Batista estão presos, suspeitos de usar informações privilegiadas para obter lucro com compra de dólares e venda de ações da própria JBS antes da divulgação do acordo de colaboração que fizeram com o Ministério Público.

Da Agência Câmara



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ataídes questiona o direito de Joesley Batista (D) ficar calado

Vanessa aponta crescimento da desigualdade

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) informou que as projeções do Banco Mundial indicam que



Genildo Magalhães/Agência Senado

o Brasil terá até o fim deste ano 3,6 milhões a mais de pobres. A senadora lembrou que o Brasil ocupa a décima posição mundial no ranking da desigualdade social, segundo o coeficiente de Gini (medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini). E citou um estudo da Oxfam Brasil segundo o qual os seis brasileiros mais ricos têm a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres.

Humberto defende endurecer Lei Seca em reincidência

Humberto Costa (PT-PE) se solidarizou com as famílias de vítimas de acidente ocorrido no Recife no domingo. No acidente, o jovem que dirigia alcoolizado provocou a morte de uma criança e de duas mulheres, uma das quais grávida, e ainda deixou em estado grave outra criança e um homem. Para ele, é preciso mais rigor na legislação que pune motorista alcoolizado, especialmente os reincidentes. Também criticou a reforma trabalhista, que prejudicou muito os que trabalham em regime intermitente.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Projeto torna obrigatório circuito interno de TV em agência bancária

Os bancos podem ser obrigados a ter circuito interno de televisão. Atualmente, esse tipo de equipamento é opcional. O projeto que institui a obrigatoriedade foi aprovado ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia

(CCT). O PLS 231/2017 ainda será votado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão terminativa.

A intenção do autor, Humberto Costa (PT-PE), é coibir assaltos a agências bancárias. Segundo o senador, esses

eventos estão cada vez mais recorrentes, especialmente no interior. A presença do circuito interno de TV, disse Humberto, pode aumentar a segurança dos funcionários e usuários.

O texto também prevê que

os sistemas de circuito de TV armazenem as imagens por pelo menos 30 dias.

O relator, senador Otto Alencar (PSD-BA), deu parecer pela aprovação do projeto, com mudanças apenas na redação do texto.